

UM CAMINHO PARA A COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL

||
INSTITUTO ALANA




alana

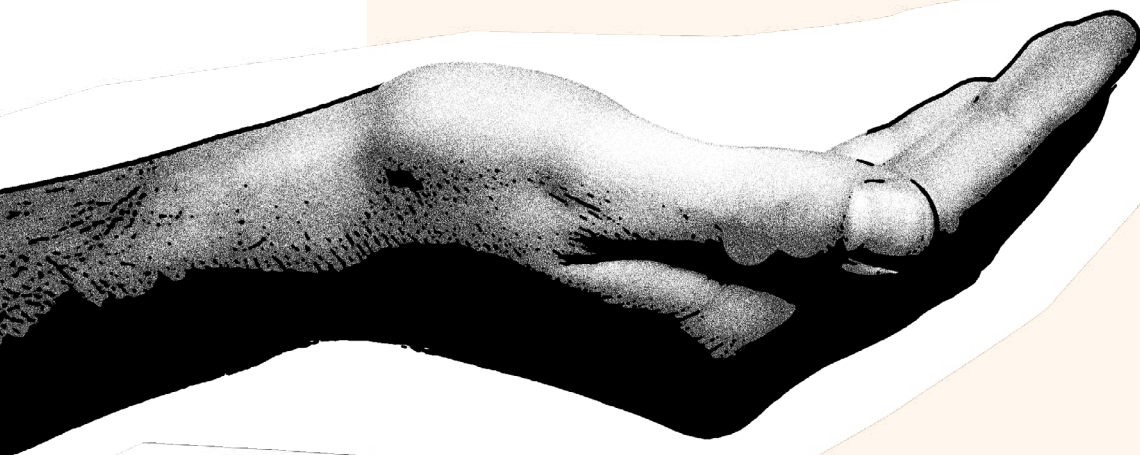
SUMÁRIO

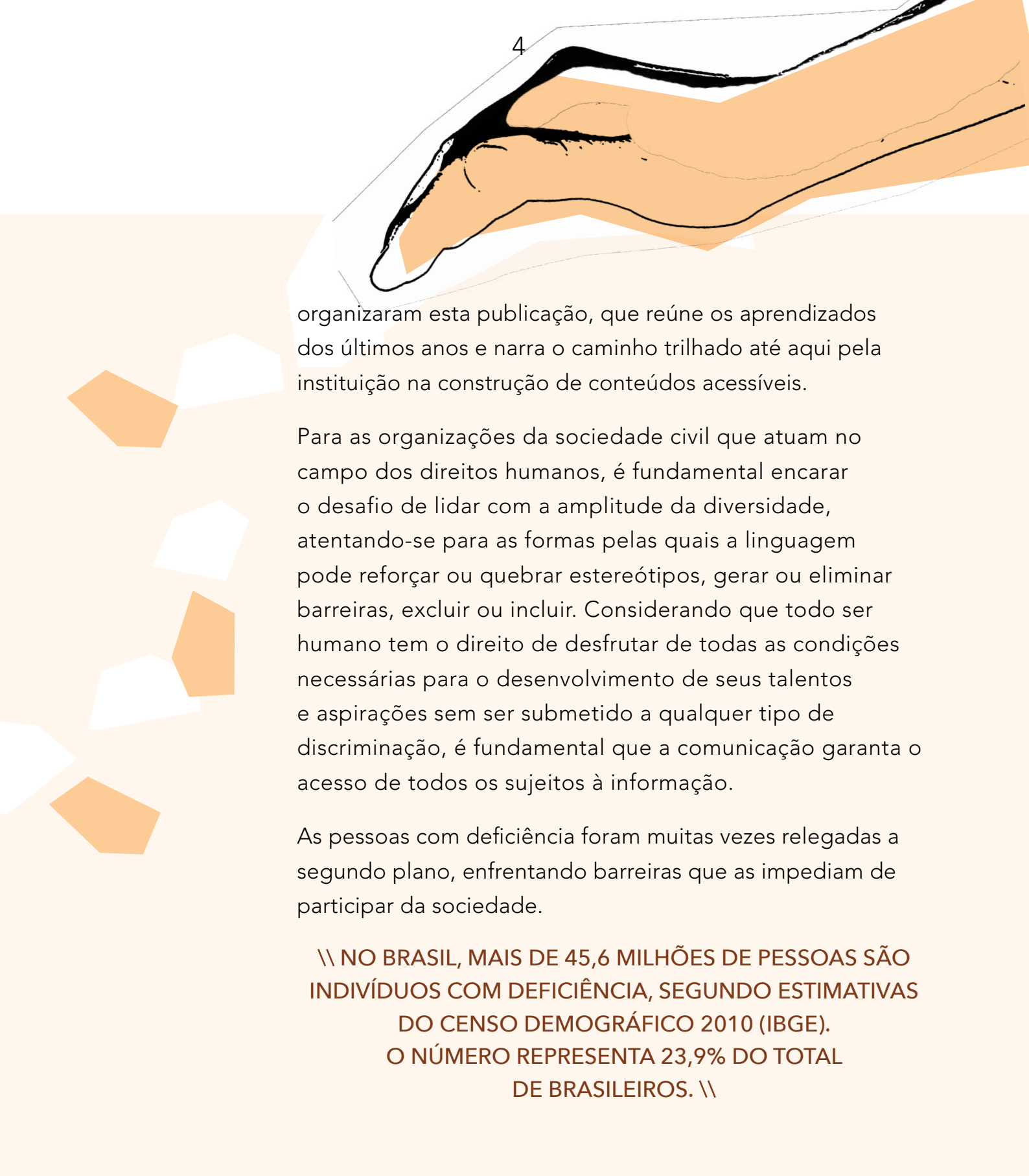
APRESENTAÇÃO _____	página 03
GRUPO DE TRABALHO (GT) _____ Criação de um GT de Inclusão	página 07
REDES SOCIAIS _____ Implementação de recursos de acessibilidade nas redes	página 13
SITE _____ Adaptação e criação de sites acessíveis Sugestões para falar ou escrever sobre uma pessoa com deficiência	página 17
PUBLICAÇÃO DIGITAL _____ Criação de livros digitais Recomendações para uma publicação digital acessível	página 23
DESCRIÇÃO DE IMAGEM _____ Recomendações para redes sociais, site e publicação digital	página 29
EVENTO _____ Organização de eventos Sugestões do que priorizar na escolha do local do evento	página 32
VÍDEO _____ Criação de editais Como deve ser um vídeo acessível	página 35
MATERIAIS PARA CONSULTA _____	página 40

APRESENTAÇÃO

A comunicação tem o poder de transformar o mundo. É por isso que, aqui no Alana, assumimos a comunicação como estratégia. É por ela que transmitimos e refletimos nossas atitudes, percepções e comportamentos enquanto sociedade, procurando construir o mundo no qual desejamos viver. Uma comunicação que pretende fortalecer a diversidade deve ter a responsabilidade de representar as pessoas da maneira como elas desejam e apresentar seus conteúdos de forma compreensível e acessível.

Este material – **Um caminho para a comunicação acessível** – é uma iniciativa do Instituto Alana para contribuir no campo da comunicação acessível e inspirar outros comunicadores e instituições a se pautarem nos princípios da inclusão. Para isso, a área de comunicação do Instituto Alana e o Grupo de Trabalho (GT) de Inclusão





organizaram esta publicação, que reúne os aprendizados dos últimos anos e narra o caminho trilhado até aqui pela instituição na construção de conteúdos acessíveis.

Para as organizações da sociedade civil que atuam no campo dos direitos humanos, é fundamental encarar o desafio de lidar com a amplitude da diversidade, atentando-se para as formas pelas quais a linguagem pode reforçar ou quebrar estereótipos, gerar ou eliminar barreiras, excluir ou incluir. Considerando que todo ser humano tem o direito de desfrutar de todas as condições necessárias para o desenvolvimento de seus talentos e aspirações sem ser submetido a qualquer tipo de discriminação, é fundamental que a comunicação garanta o acesso de todos os sujeitos à informação.

As pessoas com deficiência foram muitas vezes relegadas a segundo plano, enfrentando barreiras que as impediam de participar da sociedade.

**\\ NO BRASIL, MAIS DE 45,6 MILHÕES DE PESSOAS SÃO INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA, SEGUNDO ESTIMATIVAS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010 (IBGE). O NÚMERO REPRESENTA 23,9% DO TOTAL DE BRASILEIROS. **

A deficiência é um conceito em constante debate e transformação. Ao longo da história, ganhou diferentes significados, fossem eles religiosos, médicos ou sociais. Atualmente, entendemos que as pessoas com deficiência são aquelas que vivenciam situações de impedimento da sua participação social por se depararem com diferentes **barreiras**, ou seja, não se entende mais apenas como condição física com efeitos na funcionalidade; entende-se a deficiência como **situação**. Não é um limite individual que determina a situação de deficiência da pessoa, mas, sim, as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, nos serviços, nas relações interpessoais.

No campo da comunicação, portanto, é necessário considerar as barreiras que podem atingir todos os aspectos na relação com o outro e na disseminação de um determinado conteúdo. Para assegurar às pessoas com deficiência o acesso e a igualdade de oportunidades à informação, é central identificar e eliminar obstáculos e barreiras à acessibilidade. Para isso, deve-se estar atento à promoção, desde a fase inicial, à concepção

e ao desenvolvimento das formas pelas quais a comunicação pode se tornar acessível.

Por isso, o Instituto Alana acredita que este material é uma oportunidade de renovarmos nosso compromisso de trabalhar pela inclusão, contribuindo para a conscientização das barreiras de acessibilidade na comunicação, informação, cultura e educação. Não se trata de uma resposta definitiva nem de alternativa única a ser seguida, mas de um espaço de consultas sempre em construção, que unifica práticas para que a inclusão e a diversidade façam parte do nosso cotidiano e das nossas ações. Esta obra está dividida em seis capítulos:

1 \ \ REDES SOCIAIS

2 \ \ SITE

3 \ \ PUBLICAÇÃO DIGITAL

4 \ \ DESCRIÇÃO DE IMAGEM

5 \ \ EVENTO

6 \ \ VÍDEO

Inclui também um relato do Grupo de Trabalho de Inclusão, que, desde 2016, realiza encontros mensais com o objetivo de fortalecer a temática em todas as ações das equipes.

Esse é o nosso convite para adentrarmos juntos nesse universo pela maior participação e inclusão de todos e todas na sociedade!

INTRODUÇÃO

GRUPO DE TRABALHO (GT)

CRIAÇÃO DE UM GT DE INCLUSÃO

POR ERIKA PISANESCHI, DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E COORDENADORA DO GT DE INCLUSÃO DO INSTITUTO ALANA

Antes de falarmos propriamente sobre o Grupo de Trabalho de Inclusão, arriscamos contar aqui um pouco da história de aproximação do Alana com a **inclusão de crianças com deficiência**, para que nos alimente no desafio de honrar esse tema no nosso dia a dia.

Lançamos, em 2013, o projeto Outro Olhar, que tinha como missão divulgar as singularidades e competências das pessoas com síndrome de Down e se atirar nesse universo temático, a princípio desconhecido para a instituição. Com o objetivo de atualizar conceitos, fomentar pesquisas, amparar famílias e incentivar o protagonismo da pessoa com síndrome de Down, o projeto foi uma primeira forma de tratar o tema na instituição.



Em 2014 e 2015, no âmbito do Outro Olhar, entre as ações que compunham o projeto estavam o patrocínio e o fomento a estudos clínicos que buscam melhorar a qualidade de vida das pessoas com síndrome de Down. Foram feitas parcerias com organizações nacionais e internacionais, profissionais de saúde e com o poder público para atuarem junto às famílias no momento em que elas descobrem a síndrome de Down em seus filhos. Vale destacar parcerias como a realizada com o Instituto Rodrigo Mendes, para disseminar práticas em educação e inspirar outros profissionais. Juntos, fizemos a coprodução do documentário

Outro olhar – uma nova perspectiva, que conta a história de uma estudante com síndrome de Down que está concluindo o ensino médio, fazendo um breve retrato sobre a educação inclusiva no Brasil. Com a McKinsey & Company, realizamos um **estudo** sobre a empregabilidade das pessoas com síndrome de Down. A pesquisa resgata o valor que essas pessoas agregam à saúde organizacional de empresas quando tratadas as barreiras e a participação desses colaboradores no ambiente de trabalho. Em 2016, em parceria com a ABT Associates, e sob coordenação do professor Thomas Hehir, da Harvard Graduate School of Education, fizemos uma **pesquisa**

sobre os benefícios da educação inclusiva. A análise – que reúne mais de 89 estudos – de um levantamento de 280 artigos publicados em 25 países aponta que ambientes educacionais inclusivos podem oferecer benefícios significativos de curto e longo prazos aos alunos com e sem deficiência.

Assim, fomos materializando o desejo de comunicar o valor que há na diversidade, que nos caracteriza como humanos e enriquece o nosso convívio social. Quisemos reafirmar, com as ações desenvolvidas pelo projeto, que existem múltiplos olhares possíveis às pessoas com síndrome de Down, e que falar em inclusão significa tocar nos nossos preconceitos e julgamentos para, assim, identificar as barreiras que criamos à participação dessas pessoas na sociedade.

Foi significativo, também, o momento em que passamos a contar com pessoas com deficiência na equipe do Alana – já bastante diversa em sua origem –, com profissionais de diferentes formações, idades, ideias, gênios, humores

e valores. Esse gesto inclusivo potencializou as reflexões sobre o convívio com as diferenças e tornou evidente a necessidade de dar transversalidade ao tema da inclusão nos projetos e programas desenvolvidos pela instituição. Era hora de fazer o tema transbordar, circunscrito, até então, ao Outro Olhar.

Foi assim que nasceu, em meados de 2016 – e perdura até hoje –, o Grupo de Trabalho de Inclusão, com o objetivo de promover a inclusão e a diversidade como valores institucionais expressos nos programas e ações do Alana. O GT de Inclusão é espaço privilegiado de aglutinação de experiências e saberes, de socialização de conhecimentos e de intersecção temática, um ambiente de trabalho coletivo pautado a partir de vivências em torno de um mesmo tema. Em sua composição atual, conta com representantes do Instituto Alana, do AlanaLab e do Alana Foundation e se organiza com foco na inclusão de pessoas com deficiência e na interseccionalidade com temas como igualdade racial, gênero, orientação sexual, religiosidade, entre outros. Para isso, nos reunimos quinzenalmente,



sendo um encontro com participantes fixos do Alana e outro, denominado Diálogos de Inclusão, com convidados para uma conversa sobre temas emergentes do coletivo.

A experiência de quase três anos do GT de Inclusão resultou na assimilação, pelos programas, plataformas de comunicação, conteúdos audiovisuais, pesquisas e ações corriqueiras diversas, do desafio de promover e dar visibilidade à inclusão de pessoas com deficiência. Tivemos muitas conversas e momentos de escuta para romper tabus, para que iniciativas inclusivas ganhassem forma, respeitando o tempo de aproximação de cada um com a temática.

O programa **Prioridade Absoluta**, por exemplo, criou um eixo de ação para a garantia da matrícula de crianças com deficiência na escola regular. O **Escolas Transformadoras** definiu que, para uma escola ser reconhecida como transformadora, ela precisa ter um projeto político-pedagógico inclusivo; o **Criativos da Escola** passou a dar visibilidade ao protagonismo de jovens com deficiência; o **Território do Brincar** enveredou pelas discussões sobre o brincar inclusivo em harmonia com o programa **Criança e Natureza**; a equipe de comunicação da instituição assumiu o desafio de dar acessibilidade aos sites, plataformas e redes, além de adequar nossos livros



ao formato ePUB3; o **Videocamp** elaborou um edital de fomento ao cinema a partir de uma concepção sobre acessibilidade e sob a temática da inclusão; o **portal Lunetas** passou a pautar suas matérias sob a perspectiva inclusiva, além de garantir espaço para o tema entre seus colunistas; a equipe de educação do Instituto Alana promoveu um processo formativo interno – Diálogos de Educação Inclusiva –, fortalecendo a narrativa que reafirma que a perspectiva inclusiva impulsiona a transformação

qualitativa da educação, com benefícios para todos os estudantes e comunidade escolar.

Essas iniciativas são ilustrativas, mas não esgotam o movimento institucional em torno da temática. Sua vivacidade produz, como impacto mais relevante, efeitos subjetivos, como o despertar da curiosidade, a empatia e o desejo de compartilhar experiências sobre e com pessoas com deficiência.

\\ VIVEMOS UM NOVO MOMENTO DO GT DE
INCLUSÃO E ESPERAMOS COMPARTILHAR NOSSAS
VIVÊNCIAS E ALONGAR ESSA HISTÓRIA! \\

CAPÍTULO 1

REDES SOCIAIS

IMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NAS REDES

*POR BELISA ROTONDI
COMUNICAÇÃO DO INSTITUTO ALANA*



Incluir é diferente de integrar. E é a diferença entre esses dois conceitos que tem guiado o trabalho de acessibilidade feito no Instituto Alana nos últimos anos. Desde 2015, as equipes de todos os nossos programas passaram a olhar para as próprias práticas inclusivas e identificaram que o tema deveria ser transversal a todas as áreas. E, em 2017, avançamos tais práticas para as nossas redes. O primeiro passo foi a contratação de um treinamento dado pela consultoria Iguale Comunicação de Acessibilidade. Com ele, aprendemos a adaptar nosso conteúdo para que texto, imagem, foto e vídeo fossem reconhecidos por todo tipo de tecnologia assistiva – trata-se

da tecnologia para uso das pessoas com algum tipo de necessidade diferente do que seria o padrão da maioria da população mundial. E, no caso de pessoas com deficiência visual que utilizam o computador, uma das tecnologias fundamentais é o leitor de telas, que transforma as informações do site em áudio.

Nas redes sociais, optou-se por implementar as hashtags **#PraCegoVer** e **#PraTodosVerem** como complemento ao conteúdo visual das postagens de imagens, vídeos e GIFs (saiba mais no tópico Descrição de Imagem). Com elas, disseminamos a cultura da acessibilidade nas redes sociais por meio da descrição de imagens, assumimos um posicionamento, passamos a fazer parte de um movimento e incentivamos a mudança ao redor.

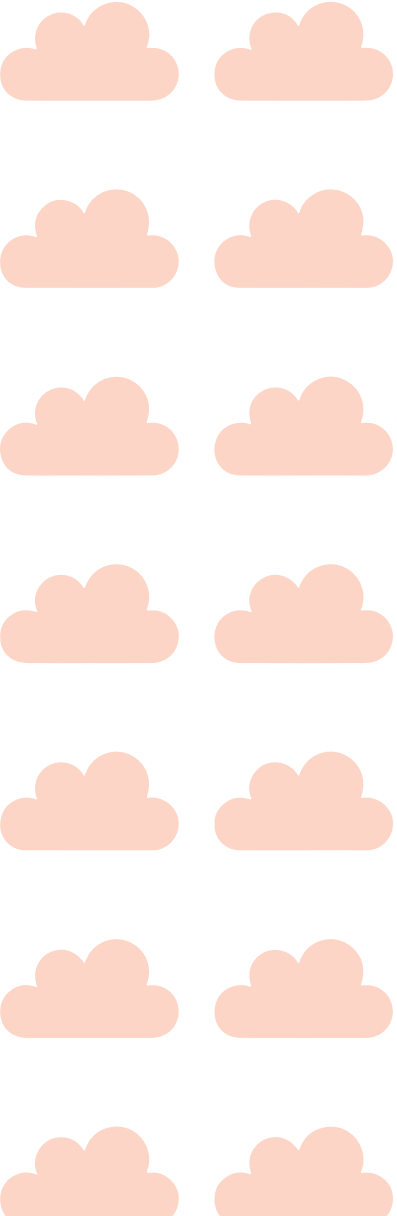
Na primeira semana, um dos desafios foi estabelecer uma rotina para não esquecer de aplicar a informação de acessibilidade aos conteúdos. Outro desafio, este constante, foi descrever as imagens de maneira a, de um lado, priorizar as informações e, de outro, transmitir a mensagem central. Nesse caso, consultar outras pessoas para opinarem na descrição costuma ser um bom caminho. Também vale muito a pena testar, publicar o conteúdo e ficar aberto a sugestões do público. Já recebemos, inclusive, correções em uma descrição que foi imediatamente reeditada da forma correta. E jamais esqueceremos o primeiro retorno positivo, de uma

seguidora da página do Instituto dizendo que havia conseguido “ver” a imagem descrita.

No geral, procuramos descrever a mensagem principal e os elementos que são informações fundamentais para a compreensão do contexto. Por exemplo, descrever o que está em primeiro plano e, quando for relevante, descrever o que vem em segundo plano. Também contamos cores e texturas, que são componentes importantes a todos e todas, falamos sobre profundidade, tamanho dos objetos e outros detalhes importantes para a cena descrita. Evitamos todo tipo de julgamento, limitando-nos a descrever conteúdo.

Com o tempo, fomos adaptando algumas das orientações da Iguale. Entendemos que, na maioria dos nossos conteúdos, não era necessário descrever se na imagem havia um menino ou uma menina.





Bastava dizer criança, a não ser quando a questão de gênero fosse o tema. Da mesma forma, não descrevemos como casal um homem e uma mulher, mas “duas pessoas”.

Para além dos direcionamentos gerais, é fundamental absorver o real objetivo da acessibilidade: trabalhar para a inclusão de todos e todas. Afinal, a descrição dá acesso a informações tão importantes quanto um texto, e ela pode ser lida por uma tecnologia assistiva. A foto, o GIF, a ilustração, a tirinha e o vídeo acrescentam informação ao contexto. Sendo assim, acreditamos que lembrar sempre do objetivo de tornar o conteúdo acessível aumenta a chance de a produção sair bem-feita, com os ajustes necessários. Priorizar o ser humano, que terá acesso a mais informações com os recursos de acessibilidade, pode ser uma grande motivação para todas essas práticas fazerem parte do dia a dia de qualquer instituição.

CAPÍTULO 2

SITE

ADAPTAÇÃO E CRIAÇÃO DE SITES ACESSÍVEIS

POR HELAINE GONÇALVES

COMUNICAÇÃO DO INSTITUTO ALANA

Compartilhar sempre foi a grande essência do Instituto Alana, e desde as primeiras experiências online essa característica determinou a escolha das melhores ferramentas e linguagens para garantir que as produções chegassem ao maior número possível de pessoas.

Foi a partir dessa perspectiva que, em fevereiro de 2014, o Alana escolheu o aplicativo *open source* WordPress como plataforma para o programa **Criança e Consumo**, que, após nove anos de atuação, precisava de um site próprio e de facilidade na gestão de seu conteúdo.

De lá para cá, o WordPress tornou-se padrão nas produções online do Alana e acompanhava a tendência de mais de 28% da web, abarcando preocupações quanto à navegabilidade, relevância nos sites de busca, usabilidade, responsividade e, inclusive, acessibilidade.

Na época, a falta de expertise não nos permitiu explorar o potencial de acessibilidade para além da programação do site, já que ainda não tínhamos o cuidado necessário para alimentar o conteúdo e nem avaliar o contraste ideal para o layout.

Um novo avanço foi dado em março de 2014, com o lançamento do site do projeto Outro Olhar. Aí começamos a atribuir descrições textuais para fotografias e ilustrações. Essa fase foi determinante para aprofundarmos nosso conhecimento das diretrizes de acessibilidade WCAG 2.0 e dos caminhos por onde trilhar, ainda sob alguns dos mitos como custo alto e trabalho árduo.

Em abril de 2017, a Iguale, que já realizava workshops de comunicação acessível no Alana, iniciou a reestruturação de alguns sites para atingirem seu potencial e, finalmente, alcançarem as pessoas com deficiência, projeto que envolveu toda a cadeia de produção do Instituto, como jornalistas, designers e programadores. Além dos três sites, que a Iguale tornou acessíveis, produzimos mais dois internamente e outro foi feito externamente, com nossa participação na introdução dos conceitos aprendidos.

Essa autonomia foi possível porque a equipe acompanhou esse processo desde o início, o que permitiu estendermos esse conhecimento a outros sites. Uma caminhada ainda em progresso.

Parece clichê, mas foi somente com a rotina diária que conseguimos, aos poucos, internalizar cada necessidade. Atualmente, possuímos nove sites no Instituto Alana, uma produção dinâmica e alimentada frequentemente, com cuidado constante para garantir que nenhum item de acessibilidade se perca a longo prazo. Para isso, recorreremos com frequência aos validadores de acessibilidade, testes que checam separadamente cada item de um site para garantir que todos os padrões web alcancem a pessoa com deficiência. Essas avaliações são amplamente utilizadas na concepção dos sites, mas não podem ser esquecidas na rotina de atualizações constante

A partir desses testes periódicos, ajustamos nosso foco de atenção para a tradução textual das imagens, atualmente nosso erro mais recorrente. Preencher essa informação ainda exige uma curva de aprendizagem, mesmo que, coincidentemente, essa ação tenha sido uma das primeiras medidas tomadas no passado para introduzir a acessibilidade em nossos sites.

A escolha das cores no layout também requer cuidado, visto



que as especificações de contraste dos elementos é determinante para a acessibilidade dos internautas com baixa visão ou acuidade visual. Muitas vezes é preciso abrir mão da precisão dos manuais de identidade visual e fazer pequenos ajustes na paleta de cores ou na aplicabilidade do logotipo, mas sem abrir mão dos padrões estéticos.

Nossos planos para o futuro já estão sendo colocados em prática. Sabemos que qualquer um pode inserir um selo de acessibilidade em um site, mas no Instituto Alana somos criteriosos ao expor tal atribuição nas produções. Sendo assim, sonhamos poder em breve estampar um selo triplo A em cada uma delas, garantindo a acessibilidade máxima em tudo o que produzimos na web e realmente compartilhando tudo com todos.

**\\ E SABEMOS QUE ESSE OBJETIVO NÃO PODE SER
ALCANÇADO ISOLADAMENTE. DURANTE ESTES
ANOS, DESCOBRIMOS QUE UM SITE ACESSÍVEL
PRECISA SER COLABORATIVO. **

São testes, testes e mais testes. É por isso que convocamos nossas redes, parentes, vizinhos e você para nos ajudar nessa tarefa. Navegue em nossos sites, registre sua experiência, tendo ou não alguma deficiência. E bora chamar todo mundo!

SUGESTÕES PARA FALAR OU ESCREVER SOBRE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No Alana, seguimos as orientações indicadas na página 76 do **Manual Mídia Legal 1 – Comunicadores pela Inclusão**, desenvolvido em 2002 pela organização Escola de Gente, que faz as seguintes recomendações:

- 1 \\ O uso da preposição COM é ideal para designar pessoas COM deficiência, mas também se podem usar as expressões QUE TEM ou QUE NASCEU COM. Exemplos: pessoas COM deficiência; ator QUE NASCEU COM síndrome de Down; menina QUE TEM paralisia cerebral; estudante COM deficiência visual etc.
- 2 \\ Não tenha receio em usar a palavra deficiência. Elas são reais e não há por que disfarçá-las.
- 3 \\ Opte sempre por SURDO, nunca surdo-mudo.
- 4 \\ Deficiências visual e auditiva são exemplos de deficiência sensorial. O aconselhável é retratá-las dessa forma: pessoas cegas (deficiência visual total) ou surdas (deficiência auditiva total) e pessoas com deficiência visual (ou com baixa visão) ou auditiva (há resíduo auditivo) ou pessoas que têm deficiência visual ou auditiva.
- 5 \\ Os substantivos cegueira e surdez podem ser usados.
- 6 \\ A palavra deficiente não deve ser empregada como substantivo ("os deficientes" jogam bola), mas pode ser usada como adjetivo. Essa preocupação fica mais clara de ser compreendida ao substituirmos



“deficiente” por outros substantivos, por gordo, negro, magro, loiro, careca, por exemplo.

- 7 \\\ A normalidade é um conceito polêmico, por isso, para designar uma pessoa sem deficiência, use a palavra “comum”. Exemplo: pessoas comuns, pessoas sem deficiência. Pela mesma razão, evite usar “defeituoso”, “incapacitado” e “inválido” ao se referir a alguém com deficiência.
- 8 \\\ A expressão “condição genética” é a mais apropriada, assim como alteração genética e situação genética. Evitar o uso das expressões anomalia genética e doença genética.
- 9 \\\ A palavra deficiente não deve ser usada para designar outras limitações, como o alto grau de miopia. Existem critérios muito rígidos para designar o que é uma pessoa com deficiência visual ou cega. Por isso, não é desejável dizer que “todos nós somos deficientes”.
- 0 \\\ Para se referir às escolas que não têm exclusivamente alunos com deficiência, o ideal é usar escola regular ou escola comum e, no caso das turmas, classe regular ou classe comum.

CAPÍTULO 3

PUBLICAÇÃO DIGITAL

CRIAÇÃO DE LIVROS DIGITAIS

POR LUIZA ESTEVES

COMUNICAÇÃO DO INSTITUTO ALANA

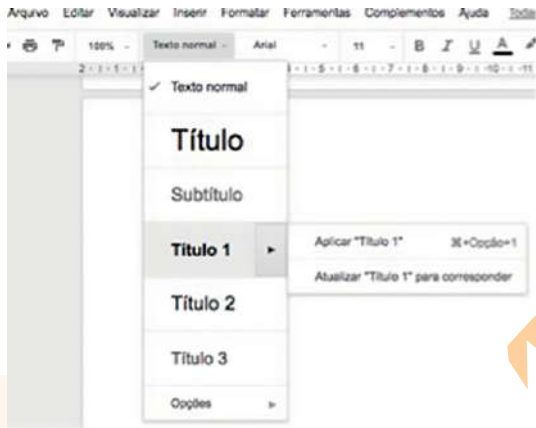
Em workshop conduzido em 2017 pelo Instituto Rodrigo Mendes, com a presença de profissionais de diversas áreas do Instituto Alana, soubemos que o ePUB3 era o formato de publicação online mais adotado pelo mercado editorial digital. Uma vez que nosso foco já estava na criação de sites e newsletters responsivos, que se adaptam à tela do leitor, achamos uma boa opção adotar esse novo formato nas nossas publicações digitais, especialmente por ser uma tecnologia aberta.

Logo no processo de construção de nossos primeiros ePUBs, entendemos que não bastava apenas “salvar como” nesse formato. Iniciamos, então, uma pesquisa junto aos protocolos internacionais para entender o produto e alcançar as prerrogativas de acessibilidade

necessárias para configurarmos um ePUB. E, mais do que respostas, encontramos perguntas. Será que o leitor vai utilizar computador ou smartphone para acessar o conteúdo? Quais são as barreiras de leitura existentes? Podemos adicionar arquivos de áudio igualmente acessíveis para todos?

Como não tínhamos conhecimento de qual tecnologia seria utilizada pelo usuário, entendemos que o conteúdo deveria ter o maior número possível de recursos. Por exemplo, um título é diferente de um texto corrido porque aparece em outra formatação, normalmente em negrito, em uma fonte maior e alguma cor. As pessoas com deficiência visual, no entanto, não têm como saber disso, a não ser que a informação seja adicionada à linguagem programática do material. E esse era somente um dos pontos que tínhamos que levar em consideração.

Foi a partir dessas conversas e investigações que encontramos algumas práticas que têm feito sentido no nosso dia a dia de trabalho.



WORD E GOOGLE DRIVE

Títulos e subtítulos precisam ser sinalizados de acordo com a marcação própria do Word ou do Google Docs, pois ela determina os níveis hierárquicos do conteúdo. Em geral, isso é feito manualmente e cada pessoa tem seu próprio sistema de organização. Alguns aumentam o corpo da letra e aplicam o negrito (bold) nos títulos, outros adicionam cor. Mas independentemente do visual que se queira dar a um documento, o mais importante é indicar qual o nível hierárquico de cada elemento. Títulos têm que ser marcados como Título 1 (ou H1);

subtítulos, como Título 2 (ou H2); sub-subtítulos, como Título 3 (H3); e assim por diante.

O Word e o Google Docs já vêm com uma formatação pré-determinada para Título 1, Título 2 e Título 3, mas pode ser customizada de acordo com o que o proprietário do documento escolher. Assim, quando o arquivo em Word ou Google Docs se transformar em um HTML, ou quando for aplicado em algum software de edição, as informações de hierarquia irão junto.

VERSÕES SIMPLIFICADAS

Há situações que exigem acesso a versões simplificadas do conteúdo, seja habilidade de leitura, letramento, dislexia, deficiência intelectual ou outros motivos. Na versão simplificada, a linguagem é direta e objetiva e a diagramação possibilita a leitura da publicação de forma linear, evitando distrações. O corpo dos caracteres deve ser grande.

Sempre que se produzir uma versão simplificada de uma publicação, é preciso sinalizar que ela também está disponível em versão integral. E vice-versa: indicar na versão

completa que existe uma edição simplificada da obra. O mesmo se aplica à versão digital: a impressa deve sempre direcionar a ela, informando o link ou um QR Code.



RECOMENDAÇÕES PARA UMA PUBLICAÇÃO DIGITAL ACESSÍVEL

ESTRUTURA

- 1 \\ Incluir sumário, com hyperlinks/ bookmarks e hierarquia bem definida, sendo importante ter também um glossário dos termos menos conhecidos.
- 2 \\ Estabelecer um fluxo linear de informações, ou seja, indicar uma ordem de navegação que aponte qual texto vem depois do outro etc. Muitas vezes, a escolha desse “percurso” pode ser orientada por recursos visuais que façam parte da aparência (do chamado layout), ou seja, a apresentação da peça.
- 3 \\ Deixar bem claro o que é texto principal e o que é texto secundário, como boxes, diagramas, citações e tudo o que sai da narrativa principal. O produtor do conteúdo deve ser responsável por estabelecer tal marcação.
- 4 \\ Sinalizar quando um capítulo ou uma seção chega ao fim.



CONTEÚDO

- 1 \\
Títulos: indicar na metadata o que é título, pois quando o leitor de página passar pelo conteúdo e transformá-lo em áudio, a informação lida deve ser: "título".
- 2 \\
Imagens: devem vir sempre acompanhadas de legendas e com descrição, chamada de Alt Text (abreviatura de "alternative text", ou texto alternativo). A maioria dos softwares de edição possibilitam escrever sobre a imagem.
- 3 \\
Gráficos e infográficos: nem sempre um leitor de tela consegue relatar de maneira compreensível os elementos de um gráfico ou infográfico. Nossa sugestão é desenvolver um texto descritivo, com detalhes dos dados apresentados e com as principais análises que podem ser feitas a partir do gráfico.

APARÊNCIA

- 1 \\
Seleção: cada escolha deve levar em consideração a identidade visual do programa e dos projetos.
- 2 \\
Cor: opte por aquela que gere contraste entre texto e fundo.
- 3 \\
Botão: prefira textos com mensagem direta que descreva a ação que vai acontecer. Exemplo: "Clique aqui para baixar o formulário".



CAPÍTULO 4

DESCRIÇÃO DE IMAGEM

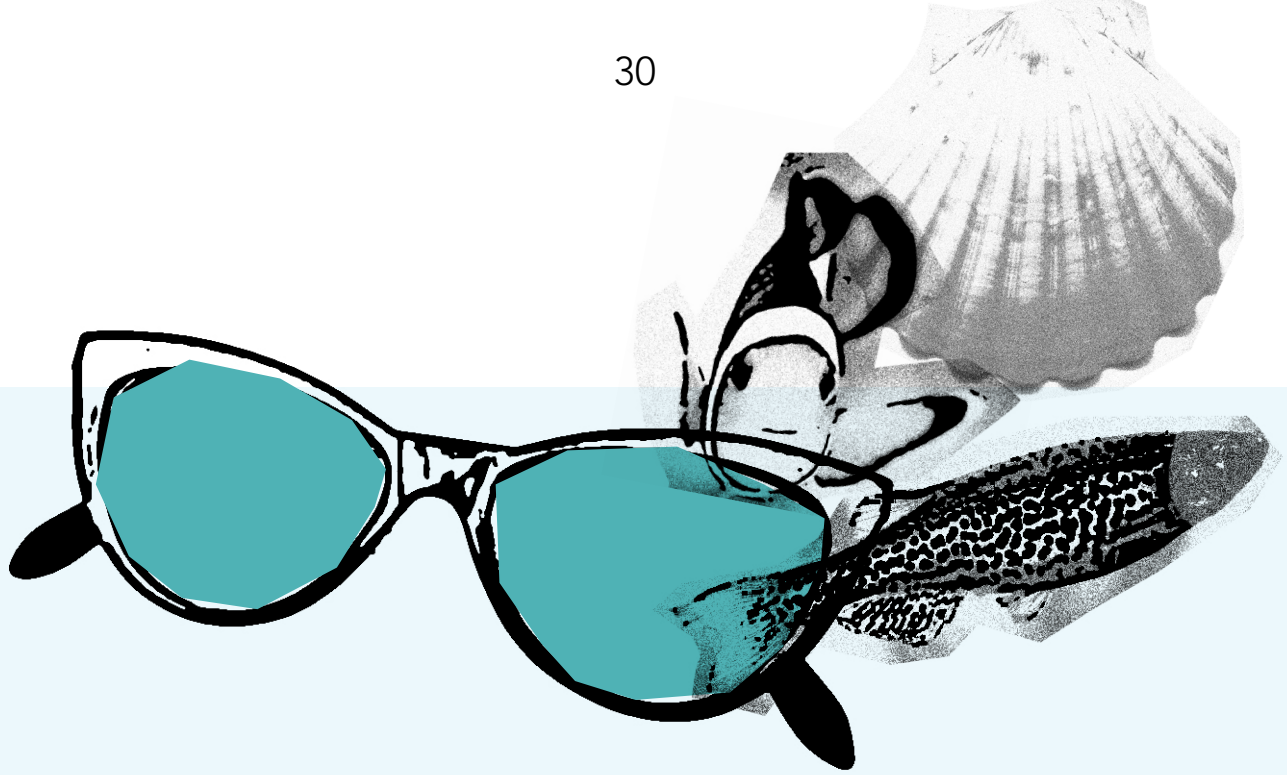
RECOMENDAÇÕES PARA REDES SOCIAIS, SITE E PUBLICAÇÃO DIGITAL

POR COMUNICAÇÃO DO INSTITUTO ALANA

Não existe uma fórmula precisa para descrever uma imagem. Trata-se de um exercício que exige sensibilidade e bom senso, além de alguns cuidados.

Questionamentos básicos podem ajudar nesse caminho descritivo, por exemplo, pensar sobre o motivo da escolha daquela determinada imagem, assim como perguntar a si mesmo se a imagem se relaciona bem com o conteúdo e se desperta sentimentos coerentes com a mensagem do texto.

As recomendações a seguir são boas práticas indicadas para descrição nas hashtags **#PraCegoVer** e **#PraTodosVerem** – e, nesse caso, precisam ser mais concisas – para livros digitais e sites.



- 1 \\ Classificar se a imagem é estática (fotografias, desenhos, pinturas, gravuras, gráficos, infográficos) ou dinâmica (cinema, TV, vídeos, GIF).
- 2 \\ No caso dos gráficos, pontuar os elementos e relatar a conclusão, a informação que eles trazem ali. Idealmente, essa classificação vem antes da descrição do conteúdo.
- 3 \\ Indicar também se existe som/áudio acompanhando o material.
- 4 \\ Escrever frases em ordem direta para garantir a compreensão da leitura, buscando organizar do geral para o específico, e usar o tempo verbal sempre no presente.
- 5 \\ Evitar o uso do gerúndio.
- 6 \\ Dar preferência a um vocabulário simples e de fácil compreensão.
- 7 \\ Identificar e localizar a pessoa, o objeto ou a cena a ser descrita.
- 8 \\ Relatar os enquadramentos e planos da imagem quando necessário para a identificação e localização dos elementos que compõem a imagem.

- 9 \\
Comparar o tamanho dos elementos presentes.
- 10 \\
Apontar características e informações relevantes no contexto, levando em consideração aspectos históricos e culturais.
- 11 \\
Mencionar cores e demais detalhes de textura e elementos táteis. As cores são experienciadas e, quando são descritas, abrem a possibilidade de a pessoa cega experimentar a informação. São dados fundamentais até para que a pessoa consiga construir referências de comunicação. O mesmo acontece com a textura, que pode trazer uma sensação de presença do material. Pessoas cegas têm a experiência da sensação tátil e, por isso, a textura torna-se um recurso para ajudar na melhor compreensão da cena.
- 12 \\
Lembre-se de que a proposta é descrever o que você vê, evitando julgamentos e opiniões.
- 13 \\
Antes de tudo, defina as informações principais do conteúdo audiovisual.
- 14 \\
Sinalize quais informações aparecem em primeiro e segundo planos, identificando claramente onde estão localizados os elementos descritos.
- 15 \\
Produza uma descrição que componha a imagem da melhor forma possível.
- 16 \\
Alguns elementos ajudam bastante na compreensão, como sujeito, paisagem, contexto e ação.
- 17 \\
Atenção aos espaços ilimitados de texto. Use o bom senso para não se estender demais, pois descrições muito longas podem gerar desinteresse.
- 18 \\
Dependendo do contexto, é importante dizer se a imagem está na horizontal ou vertical.
- 19 \\
No conteúdo em áudio, o leitor precisa do texto alternativo da legenda das imagens. Se não o encontrar, lerá apenas o título do arquivo.

CAPÍTULO 5

EVENTO

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

*POR RAIKA MOISÉS - COMUNICAÇÃO
DO PROGRAMA CRIANÇA E NATUREZA*

Desde que iniciou suas atividades, o programa Criança e Natureza realiza, anualmente, um seminário em que aborda os benefícios de uma infância rica em natureza por meio de palestras com especialistas, estudos, pesquisas e experiências sobre o assunto. Trata-se do principal evento do programa.

Para a realização desse evento, que reúne entre 200 e 300 pessoas, ou para eventos menores, a escolha do espaço é de fundamental importância – sendo esta uma diretriz para todos os programas do Instituto. Ainda na fase de organização do seminário, divulgamos um formulário de inscrição com espaço para a indicação de necessidades específicas. Além disso, os palestrantes são orientados a, caso pretendam utilizar recursos audiovisuais em suas

apresentações, terem em mente que há pessoas com baixa ou nenhuma visão e audição na plateia. Por isso, legendamos nossos filmes e materiais e, quando possível, priorizamos o som grave para gravação e transmissão. Um dos exemplos de material que está sendo transformado pensando na acessibilidade é nossa publicação *Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza*, lançada em 2018 e que em 2019 está ganhando uma versão em formato ePUB3.

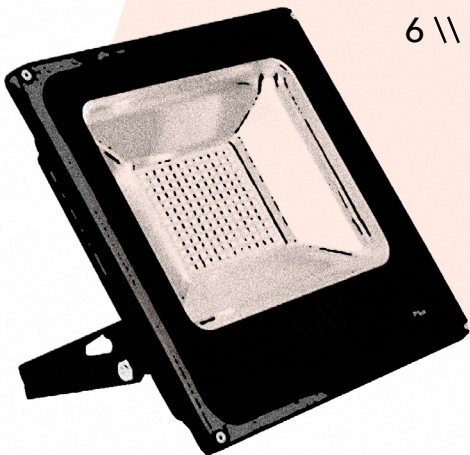
Durante a exibição dos conteúdos no seminário, buscamos padronizar o formato, no intuito de resguardar a identidade visual e a qualidade do que será exibido. Esse mesmo cuidado é tomado em relação à representação das identidades presentes no material e na disponibilização dele para o maior número possível de pessoas.

Representatividade também é outra preocupação: todo conteúdo retrata imagens de crianças com deficiência e crianças negras.

**\\ POR FIM, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SÃO TEMAS CENTRAIS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS SEMINÁRIOS, SEJA AQUELES QUE REALIZAMOS, SEJA DOS QUE PARTICIPAMOS COMO CONVIDADOS. POR ISSO, SEMPRE INCENTIVAMOS INVESTIMENTO EM RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO ONDE A ATIVIDADE SERÁ REALIZADA. **

SUGESTÕES DO QUE PRIORIZAR NA ESCOLHA DO LOCAL DO EVENTO

- 1 \\
Possibilidade de chegar utilizando o transporte público, de bicicleta ou até a pé.
- 2 \\
Amplios recursos de acessibilidade, como rampas de acesso e elevadores para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida.
- 3 \\
Capacidade acústica/sonora adequada, evitando eco e ruído indesejável.
- 4 \\
Assentos exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida, idosos, mães que amamentam ou com crianças de colo e obesos, além de espaço acessível e de qualidade para cadeiras de roda.
- 5 \\
Luzes e sinalização adequadas para o deslocamento interno.
- 6 \\
Espaço para o posicionamento de tradutores de Libras durante as palestras e apresentações.



CAPÍTULO 6

VÍDEO

CRIAÇÃO DE EDITAL

POR DANIELA PERLE - PLATAFORMA VIDEOCAMP

Como construir um edital inclusivo, diverso e inovador, com versão em inglês, a partir da nossa própria experiência? Esse foi o ponto de partida da equipe do Videocamp para criar um material que contemplasse o maior número possível de pessoas. Primeiro, cogitou-se contratar uma consultoria externa, mas concluímos que o melhor seria aprender fazendo. A fase inicial foi de muito estudo, conversa com colegas que entendem do assunto e consulta de documentos de referência. Além disso, houve intenso contato com pessoas com deficiência porque tínhamos a compreensão de que iríamos aprender ouvindo e compreendendo quais eram as necessidades específicas.

Foram realizadas duas “Jam Sessions” para apresentar o plano inicial de trabalho, que foi reconstruído após esses encontros.

As reuniões tinham duas metas: **1) debater o conteúdo para o site do edital – o que fazer / o que não fazer; e 2) discutir o formato do vídeo de chamada para as inscrições. Os participantes foram separados em dois grupos, um para tratar do site, outro do vídeo.**

As conversas seguiram por um caminho que levou a uma reviravolta na linha original de planejamento, mas o que poderia ter sido um problema tornou-se uma vantagem: a diversidade dos profissionais e de todas as pessoas envolvidas no processo aprimorou o conteúdo para a construção do edital.

A partir daí, os recursos de acessibilidade que iríamos disponibilizar estavam sendo pensados e construídos de forma coletiva, passo a passo. A pergunta que se fazia todo tempo era: Como criar um filme que fale sobre deficiência sendo ele mesmo completamente inclusivo?

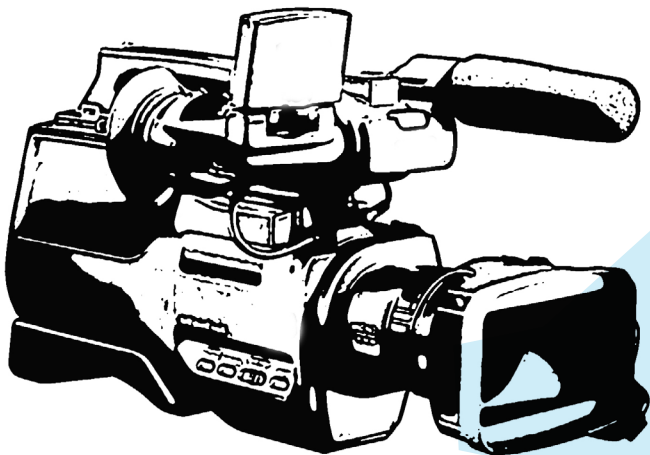
Havia o desejo de superar experiências anteriores no Instituto, em que os recursos de acessibilidade eram pensados posteriormente, para, nesse caso, planejar os recursos desde o começo. Os recursos são processo, presença e presente.



E desejávamos adquirir e expandir esse conhecimento, essa forma de fazer.

O desafio seguinte, a versão em inglês, foi dificultado pelo fato de que a Língua Americana de Sinais tem particularidades. Então, como proceder? Optamos, assim, pela língua universal, já que prolongar o debate em torno da questão poderia atrasar os prazos do edital e criaria uma série de problemas técnicos. O que mais me tocou em todo o processo foi a forma como a acessibilidade é encarada no cotidiano.

\\ É PRECISO TRAZER ESSE DEBATE PARA OS EDUCADORES, PARA A FAMÍLIA E AMIGOS. PERGUNTAR, PROCURAR SABER, APRENDER COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. A DIVERSIDADE É ENRIQUECEDORA, E A VIDA PENSADA A PARTIR DELA É POSITIVA PARA TODOS. \\





COMO DEVE SER UM VÍDEO ACESSÍVEL

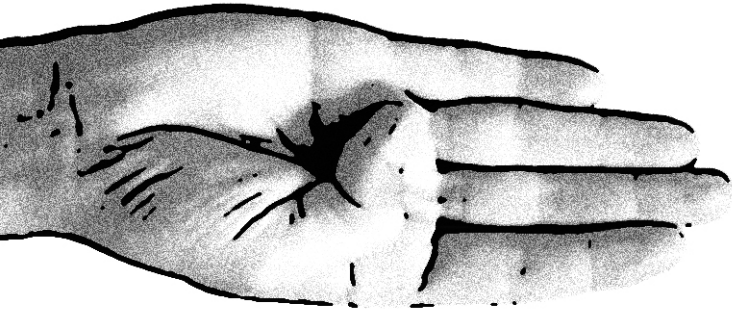
POR COMUNICAÇÃO DO
INSTITUTO ALANA

O vídeo que prioriza a acessibilidade tem que contar com três recursos: legenda fechada (*closed caption*, no ícone CC), audiodescrição (no ícone AD) e Libras (Língua Brasileira de Sinais, no ícone que mostra duas mãos).

Assim como a legenda fechada ajuda os surdos e as pessoas que têm deficiência auditiva a saberem o que está sendo dito em um filme, a audiodescrição possibilita aos cegos e pessoas com deficiência visual ouvirem o que se passa. Através da audiodescrição, quem tem deficiência visual passa a saber onde as cenas acontecem, como são os personagens, que ação eles estão realizando etc.

Uma audiodescrição eficiente deve fluir com o vídeo, como se fosse uma segunda narração que acompanha o ritmo das cenas e não se sobrepõe aos diálogos originais. Devemos, portanto, ter o cuidado para que ela não fique "robótica". Ela precisa ser poética e fluida, assim como o som e a luz.

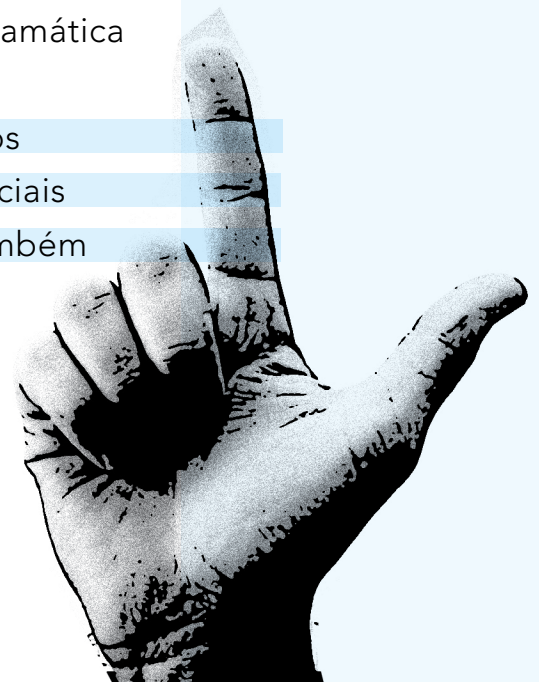




A audiodescrição não deve ser pensada de maneira mecânica, pelo contrário, deve ser alinhada ao roteiro.

A Libras, abreviatura de Língua Brasileira de Sinais, foi reconhecida em 2002 como a segunda língua oficial do Brasil. Assemelha-se a outras línguas de sinais, como a francesa, mas é exclusivamente brasileira. Em Portugal, por exemplo, a língua de sinais é diferente da nossa.

A Libras não é apenas uma gestualização da língua portuguesa, mas de um idioma em si: tem uma gramática própria e é composta de fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Sua execução combina gestos das mãos, movimentos, expressões corporais e faciais que expressam não apenas ideias e fatos, mas também sentimentos e entonações.



MATERIAIS PARA CONSULTA

Manual orientador: fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas (2017)

*Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)
e Ministério da Cultura (MinC)*

[Clique aqui para acessar](#)

Informação para todos: regras europeias para fazer informação fácil de ler e de perceber (2014)

Inclusion Europe

[Clique aqui para acessar](#)

Linhas de orientação para informação acessível (2015)

Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva

[Clique aqui para acessar](#)

EXPEDIENTE

ALANA

PRESIDENTE

Ana Lucia Villela

VICE-PRESIDENTES

Alfredo Villela Filho

Marcos Nisti

CEO

Marcos Nisti

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS E RECURSOS

Lilian Okada

INSTITUTO ALANA

DIRETORAS-EXECUTIVAS

Carolina Pasquali

Isabella Henriques

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Erika Pisaneschi

UM CAMINHO PARA A COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL

TEXTOS

Belisa Rotondi
Daniela Perle
Erika Pisaneschi
Helaine Gonçalves
Luiza Esteves
Raika Moisés

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Belisa Rotondi
Laura Leal
Raika Moisés

ORGANIZAÇÃO

Helaine Gonçalves
Luiza Esteves

REVISÃO DE CONTEÚDO

Isabel Rodrigues

EDIÇÃO DE TEXTO

Belisa Rotondi
Fernanda Peixoto Miranda

REVISÃO DE TEXTO

Christina Mucci
Patrícia Calazans

PROJETO GRÁFICO

Camila Bachichi

PRODUÇÃO GRÁFICA

William Nunes

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que fizeram e fazem parte do Grupo de Trabalho de Inclusão do Alana: Andrea Bargas, Claudia Moreira, Diana Silva, Felipe Mahlmeister Ribeiro, Gabriel Limaverde, Isabela Minelli, Jéssica Moreira, João Navarro, Kedma Gomes Delmondes, Marlon Silva de Souza, Mayara Silva de Souza, Mônica Duarte Bulgari, Paula Mendonça, Priscila Okama, Raphael Preto e Renata Penzani.



O Instituto Alana é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que aposta em programas que buscam a garantia de condições para a vivência plena da infância. Criado em 1994, o Alana é mantido pelos rendimentos de um fundo patrimonial desde 2013. Tem como missão “honrar a criança”.

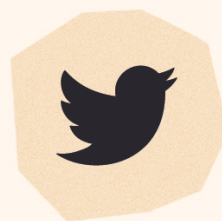
ACOMPANHE-NOS EM NOSSAS REDES



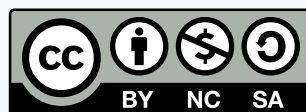
alana.org.br



[/institutoalana](https://www.facebook.com/institutoalana)



[@InstitutoAlana](https://twitter.com/InstitutoAlana)



ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL-COMPARTILHA IGUAL CC BY-NC-SA

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.